

Discursos da mídia: gerenciamento de vozes e produção de sentido*

Media speeches: voice management and sense production

Maria Alzira Leite**

Resumo

Este artigo apresenta um estudo sobre os modos de enunciação e o gerenciamento de vozes em capas, editoriais e cartas de leitores das revistas *Veja* e *IstoÉ* de 2005. Nesse viés, seguindo uma abordagem semântico-argumentativa e discursiva, o objetivo geral deste trabalho é observar o movimento dos mecanismos enunciativos e a orientação argumentativa nos gêneros capa, editoriais e cartas dos leitores. É possível dizer que a partir dos fragmentos publicados, há uma (re)construção de um novo texto que ressignifica a produção de sentido. Diante disso, esse tipo de mídia busca legitimar um *ethos* de credibilidade, baseado numa consciência-político ideológica de "verdade".

Palavras-chave

Gerenciamento de vozes. Mídia. Cartas de leitores. Produção de sentido.

Abstract

This article presents an investigation on modes of enunciation and the management of voices in 2005 *Veja* and *IstoÉ* magazine's covers, editorials and reader's letters. In this perspective, and following a semantic-argumentative approach, the general objective of this article is to observe the movement of enunciative mechanisms and the argumentative orientation in both magazine's cover and reader's letters genres. It is safe to claim that a new text is (re)created from issued excerpts and it redefines the meaning-making process. Thereby, this kind of media seeks to legitimize an *ethos* of credibility, based on its ideological political consciousness of "truth".

Keywords

Voice management. Media. Readers' letters. Meaning-making.

* Artigo de autora convidada.

** Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter).

Introdução

Em 2005, o país presenciou um árduo espetáculo político referente às inúmeras denúncias de corrupção envolvendo representantes do Governo Federal e/ou de sua base aliada. Utilizando-se desse momento de agitação, os veículos de comunicação demonstraram um poder considerável, tentaram controlar e organizar os discursos e, acima de tudo, estabeleceram uma concorrência entre diferentes redes televisivas e impressas a fim de persuadir o interlocutor.

Inseridas nessa rede midiática impressa estavam as cartas dos leitores, organizadas em um determinado espaço, no qual cada sujeito defendia o seu ponto de vista sobre um tema contemplado ou não pela revista. Porém, há indícios de que no momento da publicação, essas cartas eram submetidas a um processo de controle da própria imprensa que utilizava esse gênero como estratégia de persuasão.

Cabe destacar que as pessoas tendem a pensar que, ao lerem um texto no jornal e/ou revista, automaticamente, ficam cientes de como os fatos acontecem na vida real. Na verdade, se esquecem de que aquilo que leram é apenas uma versão dos acontecimentos, ou seja, uma história construída por alguém que pode se valer de elementos verdadeiros, mas que, ao compor seu texto irá se projetar e se imiscuir nele. Além disso, o ato de comunicar da esfera jornalística possui um poder que abarca muitos leitores, fascina-os e estes a ela se tornam fiéis, haja vista depoimentos como este: “sou leitor de *Veja* há mais de 15 anos e confio piamente no que é publicado. Para falar a verdade eu nem confiro as publicações, pois acredito na idoneidade da revista.” (Leitor 1, MACEIÓ, 2007). Essas palavras me fazem lembrar dos dizeres de Foucault:

Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. (FOUCAULT, 2001, p. 131)

Na realidade, há uma cumplicidade entre leitor e mídia, pois esse leitor abre espaço para a informação e se deixa seduzir pelo o que é apresentado. Porém, um texto jornalístico não é elaborado aleatoriamente. Ele está vinculado à maneira como se conduz o discurso, isto é, à argumentação.

A argumentação nos enunciados da mídia não se restringe apenas a uma sequência pura e simples de palavras, mas ultrapassa os limites da mera informação,

pois a força argumentativa de um texto pode ser encontrada naquilo que está implícito, nas suas entrelinhas, no não dito, no seu discurso.

Nesse viés, é possível dizer que a mídia, com sua reconhecida autoridade, tematiza e orienta o leitor para um questionamento, e, ele, em seguida, problematiza o que foi apresentado na capa. Dando prosseguimento, o editorial supostamente responde a uma problematização, desenvolvendo-a e marcando uma posição. Por último, na Seção Cartas, há a corroboração ou refutação da posição da mídia.

Diante disso, seguindo uma abordagem semântico-argumentativa e discursiva, ressalto que o objetivo deste trabalho¹ é destacar o movimento dos mecanismos enunciativos e a orientação argumentativa em gêneros como: capa, editoriais e cartas dos leitores.

Saliento que esta seção em curso tem como finalidade contextualizar o estudo, bem como descrever o objetivo a ser alcançado. Em seguida, há uma exposição sobre *Veja* e *IstoÉ* e o movimento de ressignificação do *ethos* dessas revistas. Dando continuidade, abro uma discussão sobre posto, pressuposto e subentendido a fim de ilustrar como o agenciamento de vozes pode contornar uma estrutura argumentativa e contribuir para a construção de uma determinada imagem de mídia ou tematização.

Nas considerações finais, apresento a uma visão geral do discurso da mídia, tendo em vista os aspectos persuasivos.

Veja e IstoÉ: um ethos de credibilidade?

De acordo com Amossy (2005), ao dizer algo, o sujeito já fornece pistas da sua imagem. Nem é preciso descrevê-lo explicitamente. Um determinado estilo e/ou jeito de se expressar são suficientes para construir uma representação. Essa imagem facilita ou não a aceitação do discurso. No caso da mídia, isso também acontece. O modo de abordar uma notícia, a escolha das palavras, os modos de enunciar também contribuem para a construção do *ethos*. Dessa forma, o leitor se identifica com a revista que mais lhe atende e se encaixa nesse *ethos*.

A construção da imagem que *Veja* e *IstoÉ* delineiam de si próprias, se constitui como uma peça fundamental de persuasão.

Ressalto que na Análise do Discurso, o *ethos* diz respeito à construção de uma imagem de si. Dizer que os participantes do discurso criam uma autoimagem por meio

¹ Este artigo compõe um estudo maior intitulado: *Fragmentos Discursivos de Consciência num Jogo de Poder*.

dele, é afirmar que o discurso possui as marcas do enunciador² e do co-enunciador³, entendidos aqui como aqueles que interagem no processo discursivo. As imagens do enunciador e do co-enunciador agem no campo discursivo, de modo a se tornarem parte constituinte do processo enunciativo.

Nessa perspectiva, a imagem de si é um fenômeno que se constrói dentro da instância enunciativa, no momento em que o enunciador toma a palavra e se mostra por meio do seu discurso, como podemos ver no excerto a seguir:

Quadro 1 - Editorial 1

Prezado leitor:

Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do País. Pois VEJA quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros.

Revista *Veja*, edição 1, 11/09/1968.

Considero o exemplo acima de grande relevância, pois desde o início de sua trajetória, o enunciador de *Veja*, no primeiro editorial dessa revista, convida o leitor à informação e deixa claro o que a revista pretende ser: um sucesso.

Ao sistematizar o conceito de *ethos*, o autor afirma que este se liga diretamente ao tom que engendra o discurso. Esse tom estaria associado a uma “corporalidade” e ao caráter do enunciador. Destaco, ainda, que, nos textos escritos, não há a representação direta dos aspectos físicos do orador, mas há pistas que indicam e levam o co-enunciador a atribuir uma corporalidade e um caráter ao o enunciador. O caráter seria “o conjunto de traços psicológicos que o leitor-ouvite atribuiu espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer” (MAINGUENEAU, 1997, p. 47), enquanto a corporalidade remeteria a “uma representação do corpo do enunciador, construído no processo discursivo”. (p. 47). O fragmento a seguir dialoga com essa ideia.

² Enunciador tratado aqui na perspectiva de Maingueneau (2001), aquele a quem se outorga no discurso uma posição institucional que marca sua relação com o saber.

³ O co-enunciador, na mesma perspectiva acima, é aquele a quem o enunciador dirige o seu discurso, que não é entendido como uma figura dotada de passividade, mas que exerce um papel ativo no processo discursivo.

Quadro 2 - Carta 1

Gostaria de parabenizar a revista ISTOÉ pelo excelente empenho em demonstrar a verdade por trás da sujeira corrupta que atinge nosso país hoje. Parece que a administração do Brasil está cada vez pior e quem sofre é o povo brasileiro que confiou tanto no governo Lula. Parece que o conto de fadas, o suposto governo do povo, chegou ao fim e transpareceu a verdadeira face do PT, a máscara finalmente caiu.

Revista *IstoÉ*, edição 1871, 24/08/05.

Notamos que a carta acima ilustra a representação que o leitor tem de *IstoÉ*. Os termos publicados como: “parabenizar”; “excelente”, “empenho”, “demonstrar”, “verdade” podem legitimar a avaliação da revista pelo leitor e conclamar outros leitores para a credibilidade desse veículo. Nessas escolhas lexicais, encontramos um conjunto de vozes, que utilizam determinados posicionamentos com um valor argumentativo X, orientando o leitor a uma determinada conclusão Y.

Polifonia e produção de sentido

Iniciamos esta seção relembrando logo de início os dizeres de Ducrot: “...é possível servir-se de palavras para exercer uma influência, porque certas palavras, em certas circunstâncias, são dotadas de eficácia.” (DUCROT, 1987, p. 163). Nessa perspectiva, ao analisarmos o discurso da mídia como um todo, ou mais especificamente, observando os pontos de vista de *Veja* em relação aos de *IstoÉ*, é possível verificar que a emergência de vozes pode orientar produções de sentidos.

Nesse viés, retomo os estudos da polifonia, segundo Ducrot (1984⁴) e também os conceitos de posto, pressuposto e subentendido a fim de ilustrar como o agenciamento de vozes pode contornar uma estrutura argumentativa persuasiva de tal forma a contribuir para a construção de uma determinada imagem.

O conceito de polifonia aparece pela primeira vez na teoria de Ducrot, no primeiro capítulo de *Les mots du discours* (1980), a partir da tese de que, na descrição da enunciação que constitui o sentido do enunciado, deve-se distinguir o locutor, os enunciadores, alocutário e o destinatário, como podemos observar no quadro abaixo:

⁴ A primeira edição em português é de 1987.

Quadro 3 – Participantes da enunciação

ENUNCIÇÃO = SENTIDO DO ENUNCIADO	
Locutor	Autor das palavras.
Enunciadores	Os agentes dos atos ilocucionários ⁵ .
Alocutário	A quem é dirigida a enunciação do locutor.
Destinatário	A quem se dirigem efetivamente os atos ilocucionários produzidos pelos enunciadores.

Pesquisa da autora

Essa distinção permite a explicitação das várias vozes que se manifestam e transitam pelos enunciados e que lhe conferem sentido.

Então, é em 1984, na Teoria Polifônica da Enunciação, que Ducrot introduz a noção de polifonia nos estudos linguísticos, questionando a concepção de unidade do sujeito. No capítulo VIII de *O dizer e o dito* (1987), para Ducrot, não é tão óbvio como a linguística postulou até então, que cada enunciado possua somente um autor. E começa, assim, a se discutir as propriedades do sujeito⁶.

Ducrot (1987) começa a sua reflexão em torno de algumas particularidades do sujeito. Primeiro, o sujeito é dotado de toda atividade psicofisiológica necessária à produção do enunciado. O sujeito é capaz de efetuar o “trabalho muscular” que possibilita tornar “audíveis” as palavras que compõem o enunciado e, ao mesmo tempo, ele realiza a atividade intelectual que está subjacente à produção do enunciado e que envolve a formação de julgamentos. Em seguida, enfatiza que no sujeito há uma particularidade que é a de ser o autor, pois é o sujeito que pergunta, afirma ou ordena. E, por último, o sujeito é designado em um enunciado pelas marcas de primeira pessoa, seja por um verbo cujo sujeito é eu, seja como proprietário dos objetos qualificados como meus, ou como aquele que se encontra no lugar denominado aqui.

⁵ Nesse momento da teoria, Ducrot ainda está ligado à pragmática anglo-saxã, no entanto, com a evolução de seus conceitos, já a partir de *O Dizer e o Dito* (1987), o autor vai abolir a pragmática de sua teoria semântica, principalmente pelo fato de não ver na língua um valor informativo.

⁶ O sujeito que aí é contemplado não é um produtor de fala. É, antes, uma representação no sentido do enunciado.

Vale lembrar, aqui, Charaudeau (1992), quando diz que as marcas de primeira pessoa, no discurso, podem desaparecer, dando lugar a formas linguísticas cuja função principal é apagar a responsabilidade ou participação do locutor com relação ao enunciado. Isso pode ser visto, por exemplo, nos editoriais. O autor continua dizendo que esse apagamento pode ter dois efeitos: deixar o discurso “objetivo”, já que a “subjetividade” do locutor não aparece explicitamente, ou tornar o discurso verdadeiro, uma vez que é apresentado como certo.

Nesse âmbito, também são relevantes os dizeres de Maingueneau (1991) ao pontuar que o importante não é o NÓS, mas as estratégias discursivas nas quais o locutor se inclui. Desse modo, a partir de estratégias argumentativas, podemos observar o posicionamento de *Veja* e *IstoÉ* se processando e se revelando através da capa, do editorial e da Seção Cartas.

Na concepção tradicional, o sujeito da fala possui as três atribuições: produzir o enunciado, exprimir o seu ponto de vista através deste e ser referido pelas marcas da 1ª. pessoa, as três remetendo sempre a mesma pessoa. Essa convergência não é problema quando se trata de um enunciado proferido em situações menos complexas, isoladas, o que o torna aparentemente fragmentado e simples, como por exemplo em: “Se ele não sabia, nós, leitores de *Veja*, certamente já sabíamos.” No entanto, desde que as situações se tornem mais complexas, os problemas aparecem. Examinemos, a título de exemplo, esse mesmo enunciado: “Se ele não sabia, nós, leitores de *Veja*, certamente já sabíamos.”, na Seção Cartas, *Veja*:

Figura 1 – Ele sabia?



Revista *Veja*, edição 1913, 13/07/05.



“Se ele não sabia, nós, leitores de VEJA, certamente já sabíamos.”

Leitor 1
Sapucaia do Sul, RG

Quadro 4 - Carta 2
Revista *Veja*, edição 1914, 20/07/05.

Analisando o enunciado do leitor 1, reconhecemos que ele é o produtor, e também o ser designado pelo eu, mas o ponto de vista expresso não é somente o do leitor 1, mas também de um alguém designado que, inicialmente, contra-argumenta: “ELE SABIA”, sendo uma das respostas a ela: “Se ele não sabia, nós, leitores de *Veja*, certamente já sabíamos.”

As três características distintas do sujeito da fala remetem a três funções que Ducrot denomina: sujeito empírico, locutor e enunciador.

Por definição, entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. (DUCROT, 1987, p. 182)

Então, ao locutor é o responsável pela enunciação e a ele é atribuída a responsabilidade das palavras. Ducrot (1987) refere-se à distinção que deve ser feita entre o locutor e o autor empírico, o produtor do enunciado e, para isso, dá como exemplo um abaixo-assinado em que a pessoa que assina é bem diferente do autor do texto do referido documento, mas, uma vez que tenha assinado, é considerada como um de seus locutores.

Já os enunciadores são os seres cuja expressão é veiculada pela enunciação, sem que, para isso, sejam atribuídas a eles palavras precisas:

... eles são os sujeitos dos atos ilocutórios elementares, entendendo por isso alguns atos muito gerais marcados na estrutura da frase (afirmação, recusa, pergunta, incitação, desejo [augúrio], exclamação (...)) “Direi que o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor. (DUCROT, 1987, p. 192.)

Para o autor (1987), o locutor, enquanto responsável pelo enunciado, põe em cena, por meio deste, enunciadores dos quais ele (locutor) organiza os pontos de vista e as atitudes. Nessa linha, o locutor manifesta sua própria posição em relação aos enunciadores que mobiliza, quer assimilando-se a um ou a outro, fazendo-os aparecer no enunciado para contestá-los ou para mencionar outros pontos de vista que não os próprios. O sentido do enunciado estaria, então, não só nas diferentes vozes que se manifestam através dele, mas, principalmente, na posição do locutor frente aos enunciadores que são por ele mobilizados na produção do enunciado. Reconstruir o sentido de um enunciado, conforme essa concepção seria, em primeiro lugar, localizar o locutor e os enunciadores por ele postos em cena e, em uma segunda etapa, verificar qual é a atitude do locutor em relação a cada um dos enunciadores que atualiza no enunciado. Observemos como isso se dá no exemplo a seguir. Primeiramente, o editorial completo e em seguida a análise de partes dele:

Além da imaginação

Hélio Campos Mello, Diretor de Redação

Já foi escrito por aqui que, se no Brasil houvesse uma competição entre ficção e realidade, a vitória acachapante seria da realidade. Mais recente prova disso são os ingredientes que, quase diariamente, alimentam o fantástico caldeirão onde, em fogo descontrolado, é servida a atual crise brasileira. Nem os mais férteis ficcionistas políticos poderiam produzir fatos e personagens como os que estamos testemunhando. Quem deles poderia imaginar e descrever com detalhes aquele dirigente de partido que está sob os holofotes da desconfiança e tenta passar por um aparelho de raio X de aeroporto com R\$ 200 mil dentro de uma mala, achando que nada será detectado? Além da imaginação também está o fato de o mesmo delirante personagem estar envergando uma cueca recheada de dólares. Muitos dólares. Nem da cabeça de um John Le Carré poderia sair a ideia de estampar na mala fatídica do infeliz personagem a frase “No stress”, para completar o *nonsense* da situação. Nesse desvairado folhetim político há ainda, pasmem, secretárias com sobrenome Boato, tesoureiros que atendem pelo nome de Lamas, armários que atingem olhos de depoentes das comissões de inquérito, enquanto policiais armados até os dentes invadem paraísos do consumo de luxo e aviões de igrejas são flagrados com fartos carregamentos de dinheiro. Como as explicações racionais para tamanha incompetência demonstrada não são suficientes, nem convincentes, *IstoÉ* foi ouvir astrólogos, tarólogos e pais-de-santo para tentar desvendar a loucura reinante. O resultado dos búzios, das cartas e das previsões está na reportagem “Muito além da incompetência”, de Ana Carvalho, que começa à pág. 38. Boa leitura, paz e tranquilidade. Se é que isto é possível.

Revista *IstoÉ*, edição 1866, 20/07/05.

O locutor (*IstoÉ*) organiza e assume uma posição. O primeiro enunciador é o próprio editorial que se constitui como um ponto de vista da revista, como demonstra o quadro seguir:

Quadro 6 – Posicionamentos

Locutor e enunciador 1:	Já foi escrito por aqui que, se no Brasil houvesse uma competição entre ficção e realidade, a vitória acachapante seria da realidade.	Ponto de vista: A realidade no Brasil é “nua e crua”.
Enunciador 2:	Mais recente prova disso são os ingredientes que, quase diariamente, alimentam o fantástico caldeirão onde, em fogo descontrolado, é servida a atual crise brasileira.	Atos exacerbados contribuem para a esta realidade.
Enunciador 3:	Nem os mais férteis ficcionistas políticos poderiam produzir fatos e personagens como os que estamos testemunhando.	Os próprios políticos não têm consciência dos seus atos.
Enunciador 4:	Quem deles poderia imaginar e descrever com detalhes aquele dirigente de partido que está sob os holofotes da desconfiança e tenta passar por um aparelho de raio X de aeroporto com R\$ 200 mil dentro de uma mala, achando que nada será detectado? Além da imaginação também está o fato de o mesmo delirante personagem estar envergando uma cueca recheada de dólares. Muitos dólares. Nem da cabeça de um John Le Carré poderia sair a ideia de estampar na mala fatídica do infeliz personagem a frase “No stress”, para completar o nonsense da situação. Nesse desvairado folhetim político há ainda, pasmem, secretárias com sobrenome Boato, tesoureiros que atendem pelo nome de Lamas, armários que atingem olhos de depoentes das comissões de inquérito, enquanto policiais armados até os dentes invadem paraísos do consumo de luxo e aviões de igrejas são flagrados com fartos carregamentos de dinheiro.	Descrição de atos que condizem com uma postura política adequada.

Enunciador 4	Como as explicações racionais para tamanha incompetência demonstrada não são suficientes, nem convincentes, ISTOÉ foi ouvir astrólogos, tarólogos e pais-de-santo para tentar desvendar a loucura reinante.	ISTOÉ, jornalismo que apura os fatos.
Locutor e Enunciador 1	O resultado dos búzios, das cartas e das previsões está na reportagem “Muito além da incompetência”, de Ana Carvalho, que começa à pág. 38. Boa leitura, paz e tranquilidade. Se é que isto é possível.	Ponto de vista: A realidade no Brasil é “nua e crua”.

Pesquisa da autora

Notamos que o Locutor diz algo e o efeito é produzir um ponto de vista. A partir desse ponto de vista, há o desdobramento de enunciadores que produzem outros posicionamentos, que, no entanto, convergem para o posicionamento central do locutor. Essa ideia norteia a nova versão da teoria polifônica do sentido.

No primeiro capítulo de *Polifonia y argumentación* (1988) Ducrot retrata de que forma a noção de polifonia pode ser usada em linguística e na Teoria da Argumentação na Língua, associando-a à Teoria dos Topoi, na descrição do sentido dos enunciados.

Ducrot propõe adaptá-la à análise linguística do sentido, mostrando que o autor de um enunciado nunca se expressa diretamente, mas põe em cena no enunciado um certo número de personagens.

Por sua concepção polifônica, o sentido tem origem no confronto desses diferentes sujeitos. O sentido do enunciado é o resultado das diferentes vozes que nele são atualizadas. Então, com o objetivo de reafirmar sua contraposição ao postulado da unicidade do sujeito, Ducrot formula sua teoria polifônica da enunciação, segundo a qual em um mesmo enunciado estão presentes vários sujeitos com status linguísticos diferentes, uma vez que, para ele, a ideia de sujeito falante remete a várias funções bem diferentes: a de sujeito empírico, a de locutor e a de enunciador.

Cabe ressaltar que os conceitos que aparecem na versão anterior da teoria polifônica (1980 – 1987), referidos como vários sujeitos ou tipos de personagens, são agora apresentados como “funções” que dizem respeito à ideia de sujeito falante.

O sujeito empírico é definido, nos textos de 1988, como o autor efetivo, o produtor do enunciado, cuja determinação, para o semanticista não constitui objeto da descrição semântica, pois está fora do enunciado, faz parte das condições externas de sua produção.

O conceito de locutor se mantém, nesse momento da Teoria, como o que se presume responsável pelo enunciado, a quem se atribui a responsabilidade pela enunciação no interior do próprio enunciado.

O locutor pode ser totalmente diferente do sujeito empírico, já que é um personagem fictício a quem o enunciado imputa sua enunciação. Por exemplo, retomando o discurso de Lula com relação ao Mensalão, quando ele diz “Eu não sabia”, eu posso dizer: Mas como, eu não sabia? Nesse enunciado, o eu não designa a mim que sou o sujeito que o produziu, mas faço referência ao personagem a quem quero me referir (ele), ou mais especificamente, criticar.

Há também, segundo Ducrot (1988), enunciados que não têm locutor, como é o caso dos provérbios, embora todo enunciado sempre tenha um sujeito empírico. Ao enunciar, por exemplo, “Nem tudo que reluz é ouro”, minhas palavras não são consideradas como as de um indivíduo particular, mas como advindas de uma sabedoria coletiva. Mas, vamos supor que o ditado popular: “Filho de peixe peixinho é” esteja na capa de *Veja* sobreposto às fotos de Lula e seu filho. Nesse caso, o dito popular ganha um locutor que é a revista.

Com base na tese da linguística contemporânea de que “todo enunciado apresenta um certo número de pontos de vista referentes às situações de que se fala” (DUCROT, 1988, p. 19), o autor denomina enunciadores as origens desses diferentes pontos de vista expressos pelo enunciado. Esclarece, ainda, que os enunciadores não são pessoas, mas “pontos de vista” abstratos.

Assim, Ducrot mostra que, quando se interpreta um enunciado, percebe-se uma pluralidade de vozes diferentes das do locutor. Eis a polifonia se colocando tanto para estabelecer a significação da frase, como para descrever o sentido do enunciado, e trazendo, ainda, a possibilidade de se expressarem, ao mesmo tempo, diferentes pontos de vista.

Então, por meio do encontro de locutores e enunciadores se estabelece o jogo polifônico das vozes que compõem o discurso, com características linguísticas de fenômenos como posto, pressuposto e subentendido.

Em 1969, Ducrot estabelece uma teoria semântica considerando que o enunciado produzido por um locutor pode ser desdobrado em dois *atos ilocutórios*. O primeiro, o de asserção ou posto e ato de pressuposição. O posto corresponde ao que está dito no enunciado; é de competência do locutor que, por meio dele, garante a realização do discurso: as novas informações se encadeiam e o faz progredir. Já o pressuposto possibilita ao locutor dizer implicitamente algo, recorrendo ao interlocutor para, juntos, interpretarem o que foi dito.

Em 1984, depois de explicitar a fragmentação da figura do locutor [L]⁷ e [L1]⁸, reformula a noção de enunciador.

Nesse sentido, as vozes veiculadas por meio da enunciação expressam pontos de vista que o locutor organiza para se identificar com os mesmos ou para opor-lhes. Estas vozes não são explicitadas e decorrem da imagem que delas oferece a enunciação produzida por [L].

Assim, Ducrot salienta que posto e pressuposto ficam a cargo de dois enunciadores [E1] e [E2]. Então, [L] se identifica com [E] e realiza um ato de afirmação, enquanto que [E1] se identifica com a opinião pública, junto à qual [L1] se encontra e formula o pressuposto, por ele se responsabilizando. Nessa formulação, o conceito de pressuposto ganha uma dimensão discursiva. Observemos o exemplo:

⁷ Locutor enquanto ser responsável pela enunciação.

⁸ Locutor enquanto ser do mundo.

Figura 2 – Lulla



Revista *Veja*, edição 1917, 10/08/05.

Esquemmatizando, temos:

Locutor1 enquanto ser do mundo: editor

Enunciador 1 - *POSTO*: A imagem de LULA comparada à de COLLOR.

Enunciador 2 - *PRESSUPOSTO*: Impeachment.

SUBENTENDIDO: LULA envolvido em corrupção.

Em 1987, o linguista reformula tal descrição de pressuposição, entendendo-a como um ato de fala que pode aparecer no nível do enunciado e até mesmo sob a forma de subentendido. Com a teoria da polifonia, Ducrot provoca mudanças no conceito de pressuposição, quando afirma que o locutor é aquele que produz as palavras no momento da enunciação e por elas se responsabiliza e coincide quase sempre com o falante do discurso (EU)⁹.

⁹ Nem sempre é o autor empírico do discurso, pois pode incorporar à sua fala, fala de outros locutores.

Considerações finais

As revistas, de acordo com Fausto Neto (1991, p. 19), pontuam e organizam de acordo com metodologias próprias, “[...] as maneiras pelas quais a recepção deve olhar aquilo [...] que é remetido pela revista”.

Os três gêneros analisados formam uma rede de sentido que conduz a formação de uma opinião. Inseridos nessa rede estão os olhares oblíquos: discurso, mídia e sociedade. Nessa rede, estão as relações de poder segundo os lugares, os papéis e os textos que são previstos por uma dramaturgia, e também as manobras de que dispõem os atores sociais que colocam em cena suas estratégias. Nesse ponto, o que a mídia almeja é o sucesso e, para isso, procura se manter no poder; suas convicções precisam ser acreditadas e seguidas.

Baccega (1998, p. 54), salienta que "se qualquer discurso emitido - e também os silêncios - carrega significados, também esses discursos, os da "informação", por mais "esvaziados" que queiram parecer, estão plenos deles". A eleição de um fato a ser publicado no jornal, continua a autora, já implica a subjetividade de quem o elegeu. O que se procura - sob a fachada da objetividade - é, na verdade, "esconder o processo social que possibilitou a escolha daquele fato para se transformar em notícia" (BACCEGA, 1988, p. 55).

Assim, é possível dizer que todo sujeito enunciador, na área de comunicação social, possa ser tomado como representante de um grupo, de uma instância institucional e ideológica como um sujeito coletivo.

Referências

AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Comunicação e linguagem: discursos e ciência*. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris : Hachette, 1992.

DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris : Minuit, 1984.

DUCROT Oswald. (1969) Pressuposés et Sous-Entendus. *Le Dire et le Dit*. Paris : Minuit, 1984; Pressupostos e Subentendidos. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT Oswald.. Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes. 1987. p. 161-218.

DUCROT Oswald. *Polifonía Y Argumentación*. Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. 1. ed. Cali: Universidad del Valle, 1988.

FAUSTO NETO, Antonio. *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal. 2001, p. 131-132.

LEITE. Maria Alzira. Fragmentos Discursivos de Consciência num Jogo de Poder. 1. ed. Jundiaí: Paco Editora, 2016. v. 1.

MAINGUENEAU, Dominique. *Analyse du Discours: une introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette. 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

Revista *IstoÉ*, edição 1871, Editora Três, 24 de agosto de 2005.

Revista *IstoÉ*, edição 1866, Editora Três, 20 de julho de 2005.

Revista *Veja*, edição 1, Editora Abril, 11 de setembro de 1968.

Revista *Veja*, edição 1913, Editora Abril, 13 de julho de 2005.

Revista *Veja*, edição 1914, Editora Abril, 20 de julho de 2005.

Revista *Veja*, edição 1917, Editora Abril, 10 de agosto de 2005.

Revista *Veja*, edição 2022, Editora Abril, 22 de agosto de 2007.